

# **A infiltração de informantes na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai.**

Fernandes, Ananda Simões.

Cita:

Fernandes, Ananda Simões (2017). *A infiltração de informantes na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai*. XVI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Departamento de Historia. Facultad Humanidades. Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-019/45>

## Mesa 9

### Exilios políticos masivos en Europa y Latinoamérica en el Siglo XX: dimensiones comparada

#### A INFILTRAÇÃO DE INFORMANTES NA COMUNIDADE DE EXILADOS BRASILEIROS NO URUGUAI

*Ananda Simões Fernandes*

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Brasil  
Historiadora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Brasil

**Para publicar en actas.**

#### **Introdução**

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil atuou nos serviços de informação e espionagem dos elementos considerados “subversivos” pela Doutrina de Segurança Nacional. Tal ministério, através dos adidos militares e dos seus agentes civis, foi parte do aparato repressivo, fornecendo dados e informações de brasileiros que se encontravam, especialmente, em outros países. A Segurança Externa, no caso do Brasil, conforme o *Manual básico* da Escola Superior de Guerra (ESG), era considerada “um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado”.<sup>1</sup> Essa prerrogativa fez com que a Chancelaria, durante a ditadura brasileira, obtivesse um papel fundamental para a manutenção do Estado de Segurança Nacional. Para tanto, um dos órgãos de informação criado durante a ditadura foi o Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e subordinado ao Ministério de Relações Exteriores, que tinha por principal papel espionar e monitorar os brasileiros que se encontravam fora do país, seja na condição de exilados, refugiados, banidos ou clandestinos.

---

<sup>1</sup> BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 461.

Uma das principais táticas utilizadas pelo aparato repressivo na busca de informações foi a infiltração. Essa foi essencial para o fomento da “cultura do medo” no terrorismo de Estado brasileiro, tendo sido uma das armas mais eficazes na luta contra o “inimigo interno”. Infiltrar agentes do Estado nas diversas comunidades de exilados brasileiros foi uma das práticas mais utilizadas pelo CIEEx, pois é importante ressaltar que esse órgão de espionagem não se envolvia diretamente em ações repressivas; cabia a este repassar as informações para o SNI, que depois as irradiavam para os órgãos de repressão direta.

### A “Diplomacia de Resultados” do Itamaraty

Nos primeiros meses da ditadura brasileira, o diplomata Manoel Pio Corrêa foi designado pelo general Castelo Branco para assumir o cargo de embaixador brasileiro no Uruguai, a fim de “melhorar as relações entre os dois países”, conforme se apreende do telegrama enviado da Embaixada brasileira em Montevidéu para o Ministério das Relações Exteriores:

Acredito que a designação de um novo embaixador para o Rio de Janeiro, ontem aprovada pelo Senado traduza o desejo do governo uruguaio em desenvolver e ampliar as relações entre os dois países. O novo embaixador do Brasil Manoel Pio Correa Junior deverá chegar a Montevidéu no correr do próximo mês o que concorrerá para que os dois países voltem a ter representação diplomática normal em suas missões. Todos estes fatos desmentem amplamente os rumores infundados sobre as relações entre o Brasil e o Uruguai.<sup>2</sup>

Antes disso, Pio Corrêa foi embaixador do Brasil na Cidade do México, mas, devido ao fato de esse país não ter reconhecido o governo golpista, foi chamado de volta ao Brasil. Conforme Philip Agee, a base da CIA do Rio de Janeiro providenciou a sua nomeação para Montevidéu – que havia se tornado, no momento, “ponto em ebulição da diplomacia brasileira”<sup>3</sup> –, devido à sua eficiência nas atividades operacionais exercidas anteriormente na Cidade do México. Ainda, segundo o ex-agente, a CIA decidiu envolver-se também nas

---

<sup>2</sup> Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 11.232. Montevidéu, 19 ago. 1964.

<sup>3</sup> AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976. p. 384.

operações contra os exilados brasileiros.

Manoel Pio Corrêa<sup>4</sup> relata que sua principal missão no Uruguai era impedir que os exilados exercessem atividades políticas, utilizando-se, para isso, de uma “diplomacia de resultados”, através de cobranças e pressões sobre o governo uruguaio. Primeiramente, arquitetou uma rede de contatos, que ia desde políticos, militares, juízes, delegados de polícia, até fazendeiros e comerciantes. A fim de obter auxílio das autoridades uruguaias, estabeleceu negociações a respeito de interesses entre os dois países, como a pavimentação de estradas que conduziam até a fronteira: Santa Vitória do Palmar-Chuí, Pelotas-Jaguarão, Bagé-Aceguá, Rosário-Santana do Livramento, Alegrete-Quaraí. Além disso, foi o responsável pela construção da ponte sobre o rio Quaraí, ligando a cidade brasileira de mesmo nome à cidade uruguaia de Artigas.

No Uruguai, o novo embaixador foi fortemente apoiado pelo general Santiago Pomoli, seu amigo pessoal, que tratou de articular, no Exército uruguaio, uma corrente favorável aos objetivos designados ao embaixador, ou seja, a estrita vigilância das atividades dos exilados brasileiros. Manoel Pio Corrêa tratou, ainda, de estabelecer laços com o chefe da polícia de Montevidéu.

## **O Centro de Informações do Exterior**

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa<sup>5</sup> redigiu a portaria ultrassecreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEx), vinculado ao SNI e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior”, as atividades de espionagem ocorriam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável por fornecer informações estratégicas ao Ministério das Relações Exteriores a fim de melhorar a execução política

---

<sup>4</sup> CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

<sup>5</sup> Manoel Pio Corrêa retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, deslocando-se, em 1968, para a Embaixada brasileira em Buenos Aires.

externa do país. Um dos requisitos básicos para ser um agente do CIEEx era ter realizado o curso de planejamento estratégico da ESG ou ter feito o treinamento de agente na Escola Nacional de Informações (EsNI), criada em 1972.

Esse órgão de espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. Atuou nas embaixadas de Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa (após a Revolução dos Cravos, em 1975). O grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações foi intenso, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países. Constituiu-se em uma verdadeira “elite” do sistema de informação.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Para obter as informações desejadas sobre os exilados, esse centro de espionagem recorria a vários métodos: infiltração de agentes no meio dos exilados, violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, rastreamento de veículos considerados suspeitos que circulavam pela fronteira, controle das atividades e dos “pombos-correio”, etc. Além disso, a contratação de informantes e, principalmente, a colaboração de forças policiais do país que abrigava os exilados era fundamental nas atividades exercidas pelo CIEEx.

### **A infiltração na comunidade de exilados: o caso do informante “Altair”**

O caso do informante Alberto Conrado, brasileiro com nacionalidade uruguaia também, possui mais de 800 páginas de documentação, abrigada pelo Arquivo Nacional do Brasil. Trabalhava para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), conforme suas declarações, e repassava seus informes para o CIEEx. Atuou como infiltrado dentro da comunidade de asilados brasileiros no Uruguai entre os anos de 1967 a 1980.

Identificado nos relatórios como “Altair”, “Johnson”, “Zuleica” e “Carlos Silveira”, Alberto Conrado enviava as informações que obtinha por meio do seu “operador” – identificado como “Fred” e “José” –, geralmente em cinemas de Montevidéu, em encontros que duravam no máximo 15 minutos. Além de vigilar a comunidade asilada no Uruguai, muitas vezes acompanhava os exilados em missões no exterior. Outra forma de obter os

informes era através da interceptação de cartas, prática na qual tinha suporte de funcionários do correio uruguaio mediante pagamento:

- 1 – O interceptador da correspondência é LIRIO FERNANDEZ.
- 2 – Reside à Rua Reconquista, esquina Alzaibar e trabalha na seção de cartas registradas, no correio central, desempenhando funções de chefe de seção.
- 3 – O referido elemento está pronto a “passar”, de cada vez, cerca de 15 cartas, de *qualquer procedência*, inclusive da China comunista, mediante o pagamento de MU\$ 1.500,00 por cada entrega.
- 4 – As “passadas” podem continuar a ser feitas pelo intermediário anteriormente utilizado e a pretexto de que se destinam a CLAUDIO (foi esta a explicação que ALTAIR deu, tanto da primeira vez, quando era operado por DIEGO, quando desta, quando voltou a procurar o funcionário dos correios).<sup>6</sup>

Em relação aos arquivos repressivos (ou seja, produzidos pela repressão), faz-se necessário realizar uma análise apurada, pois se trata de fontes oficiais do aparelho repressivo que têm como qualidade intrínseca o fato de carregarem consigo a marca impressa das instituições que as produziram. A historiadora Ana Maria Camargo<sup>7</sup> distingue entre os conceitos de autenticidade – o documento de arquivo constitui uma prova do processo que o gerou – e de veracidade – elemento que, independentemente da origem do documento, precisa ser buscado num universo que ultrapasse o seu horizonte. Além disso, é importante também chamar a atenção para o fato de que muitas das fontes produzidas pelos agentes da repressão permitem “ver o que eles [agentes secretos] viam”. De acordo com a historiadora Beatriz Kushnir, estas fontes

[...] se por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna do seu titular, ou seja, da perspectiva da Polícia. Assim, seu acervo permite tanto reconstituir uma história do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”; mas a óptica que deve dirigir a consulta deve ser a do “fichador”.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

<sup>7</sup> CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

<sup>8</sup> KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Ed. da USP, 2002. p. 567.

A questão referente a pagamentos era muito debatida nos relatórios. Há vários pedidos de ressarcimentos, pagamentos atrasados e pagamento de 13º salário. Esses documentos ajudam a comprovar a vinculação desses informantes à comunidade de informações da ditadura brasileira, no caso específico, a um órgão do Ministério das Relações Exteriores, o CIEEx:

1. Vamos manter JOHNSON. Não é, está longe de ser o ideal, mas é o de que dispomos. Apesar dos riscos que representa, é melhor do que nada.
2. Como é quase certo que no primeiro contato JOHNSON fale em dinheiro é bom que JOSÉ esteja preparado para dizer-lhe que o último trimestre do ano será, como os demais pago vencido (isto é, em janeiro), que ele receberá o décimo-terceiro e que não se aflija nem crie casos porque nunca deixou nem deixará de receber o que lhe é devido.
3. Devemos capitalizar os longos meses durante os quais JOHNSON ganhou sem trabalhar para nós e cobrar-lhe um relatório condizente com a nossa magnanimidade.<sup>9</sup>

O documento a seguir, do segundo semestre de 1979, demonstra o vínculo que os agentes possuíam com o CIEEx e a Embaixada brasileira no Uruguai. Sabe-se que “Zuleica” era um dos nomes utilizados por Conrado e demais agentes nos relatórios. Quanto a “Silvio” e “Natercia” estima-se que também fossem informantes. Pelo documento, Alberto Conrado teria recebido o pagamento no valor de três mil dólares referente a seis meses de serviço. Nos cheques nº. 103 e 109, emitidos em julho e agosto de 1979, respectivamente, consta o nome de Carlos Hildebrant, diplomata que na época chefiava o CIEEx.<sup>10</sup> Ambos os cheques foram remetidos pela mala diplomática para a Embaixada em Montevidéu, sendo que o de nº 103 foi acompanhado por uma mensagem geral (MSG):

Em anexo, cheques nominiais nos 101, 102 e 103 no valor total de US\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos dólares norte-americanos), para fazer frente às despesas com essa BEX e que correspondem ao segundo semestre de 1979, assim discriminadas:

a) Silvio .....	US\$ 4.500,00
b) Zuleica .....	US\$ 3.000,00
c) Natercia .....	US\$ 300,00

<sup>9</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

<sup>10</sup> BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. v. 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014. p. 185.

- d) Fundo Operacional ..... US\$ 1.000,00  
Total ..... US\$ 8.800,00
- 2) Os cheques acima deverão ser depositados e sacados através das contas bancárias de SILVIO e EMA, respectivamente.
- 3) No que concerne a ZULEICA, e tendo em vista o seu pagamento, gostaríamos de conhecer o ponto de vista de FLORIANO [o ministro-conselheiro] sobre o rendimento do trabalho por ela apresentado no semestre findo.
- 4) Rogo acusar telegraficamente o bom recebimento dessa MSG.<sup>11</sup>

Já o caso do vínculo de Alberto Conrado com o CENIMAR também era controlado pelo CIEEx. O Informe Interno de novembro de 1972,<sup>12</sup> produzido pelo monitor “Orlando”, comunica as visitas periódicas de “Altair” à sede do órgão de informação. Por esse serviço, o informante receberia 300 dólares mensais. Uma fonte, denominada “Água Marinha” era quem passava essas informações para o monitor de Alberto Conrado, demonstrando que o mesmo também era vigiado e controlado pelo próprio CIEEx.

Outra preocupação que os agentes do CIEEx possuíam em relação ao infiltrado “Altair” era uma suposta ligação sua com a Companhia de Inteligência Americana (CIA), confirmada pela fonte, e com os serviços militares de informação uruguaios. Assim, percebe-se a preocupação do CIEEx em monitorar a relação do seu infiltrado com o próprio órgão de informação a qual era subordinado – no caso, o CENIMAR –, pertencente à comunidade de informações da ditadura brasileira, bem como o temor de que estivesse envolvido com serviços de inteligência de outros países.

Um elemento colocado nos documentos produzidos por “Altair” é de que os infiltrados na comunidade de asilados brasileiros não teriam conhecimento dos demais agentes. De acordo com o Informe Interno N° M-019, de junho de 1967,<sup>13</sup> um asilado brasileiro que estaria infiltrado, ao retornar a Montevidéu estava questionando muito a figura de “Altair”. O CIEEx considerava que esse fato se dava muito mais em função de uma “curiosidade” originada em função de haver poucos dados sobre Alberto Conrado no conjunto documental volumoso de informações que se originavam em Montevidéu referente aos exilados brasileiros no Uruguai do que de suspeitas em relação às suas atividades de espionagem.

Várias medidas de contrainformação foram sugeridas para neutralizar “Weber”:

---

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

<sup>12</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

<sup>13</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

- a) entendimento com FONSECA no sentido de retirá-lo para outra área, na base de que, em breve, WEBER, deverá estar queimado;
- b) entendimento com FONSECA para a transferência de WEBER para LUIS; nessas circunstâncias, o controle do agente feito diretamente poderia resultar em benefício para todos os serviços e para o próprio agente na medida em que, por um lado, poderia ser corrigido o comportamento do agente com aumento de sua segurança pessoal e por outro, aumentaria seu rendimento;
- c) tentar recrutamento (aproximação direta) de WEBER;
- d) sendo impossível o entendimento com FONSECA e preferível o afastamento do marginado da área, uma desinformação de FONSECA; poder-se-ia indicar que o agente estaria queimado ou mesmo chegar a queimá-lo em última instância.<sup>14</sup>

Em 1975, Conrado chegou a ser detido pelas forças policiais uruguaias, por ser suspeito de manter contato com entidades “subversivas”. Dessa forma, apresentou-se como 2º-tenente do CENIMAR, e que aparentava “ser contra o governo brasileiro para facilitar suas ligações com entidades suspeitas”. Desde 1968 era membro da Associação dos Asilados Brasileiros no Uruguai, tendo contato principalmente com Leonel Brizola e Cândido Aragão. Passou a ter por incumbência a reorganização dos asilados brasileiros que desejavam o desencadeamento da violência em território brasileiro, e também de acompanhar exilados que almejavam voltar ao país. Essas teriam sido algumas das principais atividades do agente infiltrado na comunidade de asilados brasileiros. A fim de investigar essas informações prestadas pelo agente à polícia uruguaia, um Pedido de Busca<sup>15</sup> foi expedido pela 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (responsável pelo setor de informações) e difundido para a 2ª Seção do Estado-Maior da Aeronáutica, o Centro de Informações do Exército (CIE), a Agência Central do SNI e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE), demonstrando como funcionava a rede da comunidade de informações brasileira.

Para o bom funcionamento e para melhor efetividade das atividades de Conrado, a colaboração com o aparato repressivo uruguaio era inestimável. Segundo o informante, sua rede de contatos no Uruguai era grande, incluindo principalmente agentes de alta hierarquia vinculados aos serviços de inteligência naquele país, como o *Servicio de Información de*

---

<sup>14</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

<sup>15</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

*Defensa (SID)*,<sup>16</sup> a *Dirección Nacional de Información e Inteligencia (DNII)*<sup>17</sup> e o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas (OCA)*.<sup>18</sup> Entretanto, é sempre importante fazer a ressalva de que esses contatos, permanentes ou esporádicos no dizer de Conrado, poderiam estar sendo sobrevalorizados, visto ser uma forma de estabelecer uma importância maior à sua informação:

- Inspetor VICTOR CASTIGLIONE, Diretor-Geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência (DNII);
- Coronel GONZALEZ ARRONDO, Sub-Diretor do Serviço de Informação e Defesa (SID);
- General ESTEBAN CHRISTIE, Presidente do Clube Militar;
- Major VASQUEZ, do Setor de Operações do SID;
- Major RODRIGUEZ BURATTI, Chefe de Operações do SID;
- Major FABIAN, do Departamento Interior do SID;
- Coronel WALDEMAR, Chefe do Departamento Interior do SID;
- Comissário CAMPOS HERMIDA, Diretor do Departamento de Drogas Perigosas da DNII e elemento de ligação entre o Adido Militar brasileiro e a DNII;
- ALEJANDRO ROVIRA, ex-Ministro do Interior;
- Major AGUERRONDO, Chefe de Operações do OCOA;
- Coronel RUBEN DIAZ, Diretor do Departamento Exterior do SID;
- Capitão de Navio SANCHEZ, Representante da Marinha no SID.<sup>19</sup>

A avaliação das atividades de Alberto Conrado foi uma constante nos mais de dez anos que trabalhou como agente infiltrado entre os exilados brasileiros. Essa situação pode

---

<sup>16</sup> Suas principais funções durante o período ditatorial foram desenvolver tarefas de contra inteligência dentro das Forças Armadas a fim de se manter a segurança contra “infiltrações comunistas”, ter uma política de manutenção da informação estratégica e tática através de contatos com serviços de inteligência de outros países (especialmente Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai) e manter permanente contato com a polícia, com a qual se ocupavam diariamente de perseguições a elementos considerados “terroristas”.

<sup>17</sup> Polícia política no Uruguai. Inicialmente vinculada à Chefatura de Polícia de Montevidéu, durante a ditadura passou a ser subordinada ao Ministério do Interior. No processo de constituição das Forças Conjuntas, momento em que as Forças Armadas adquiriram um alto grau de autonomia no Uruguai, em 1971, a polícia foi um corpo militarizado, com seus funcionários sujeitos à disciplina e Código Penal Militar. Competia à DNII, quando da sua criação, em 1947 ser responsável pelos delitos: contra a soberania do Estado e contra Estados estrangeiros; contra a ordem política interna; contra a paz pública; e contra a segurança pública. Também era de sua responsabilidade tratar dos conflitos operários e de atividades consideradas antinacionais.

<sup>18</sup> Pouco se sabe do funcionamento deste órgão, devido ao seu caráter “ilegal” dentro da própria lógica da legalidade da ditadura. Tinha como função coordenar e centralizar a “luta antissubversiva”. Os centros clandestinos de detenção dependiam diretamente da atuação da OCOA. Como este órgão não constava em nenhum organograma do aparato repressivo, seus agentes vinham de distintos organismos militares e policiais.

<sup>19</sup> Arquivo Nacional. CIEEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

ser percebida no documento anterior, de novembro de 1976, enviado de “Argeu” para “Fred”, o operador do informante, quando decidem mantê-lo vinculado ao CIEx, mesmo estando “*longe de ser o ideal*”, é a pessoa que dispõem para realizar as tarefas de infiltração, sendo “*melhor do que nada*”. Essa decisão foi tomada após a análise do “Estudo encomendado pela Central” à BEX – EO (Base da embaixada de Montevideo) de 17 de agosto de 1976 e encaminhado um mês depois.<sup>20</sup> O relatório contém sete páginas, possui caráter secreto e não é assinado, mas pode-se depreender que foi realizado pelo seu operador. Constam as partes de “Introdução”; “Procedimento do agente”, com as subpartes “Relação do agente com o seu operador”, “Atitude do agente em relação ao CIEX”, “Ligações do agente com outros serviços nacionais e estrangeiros”; “Produção do agente”; “Conclusão”.

Para o entendimento da figura do “informante”, destacam-se alguns trechos do relatório. Na “Introdução”, foi realizado um perfil psicológico de Alberto Conrado e de como este interferia na sua atividade profissional:

O comportamento profissional de Altair reflete em grande parte as peculiaridades de seu perfil psicológico, marcado por uma *ambiguidade característica* que desorienta as pessoas que com ele são forçadas a relacionar-se direta ou indiretamente. Aliás, essa *duplicidade* se estende a quase todos os aspectos dominantes de sua vida, que apresenta às vezes uma natureza contraditória: Altair mantém relações de amizade com elementos reconhecidamente perigosos de esquerda e, no entanto, sente a necessidade de justificar sua atitude para que o se ligue aos Serviços de Informações. Essa ambiguidade é uma forma de permitir-lhe fazer o que deseja, sem os percalços inerentes às atividades e às ligações que porventura tenha.  
[...]

O temperamento de Altair apresenta também características similares, pois não apresenta qualquer similitude com a imagem que se poderia ter de sua pessoa: apresenta grande dinamismo e mesmo certa agressividade, traços psicológicos que parecem esconder um temperamento melancólico e impressionável.  
[...]

Outro traço característico do agente é a *imaginação fértil*. Altair possui uma capacidade de ligar fatos aparentemente desconexos de nível extraordinário. Porém, na maioria das vezes suas hipóteses de trabalho provaram ser acertadas. *Altair conseqüentemente detém um dom natural para o trabalho específico que executa.*  
[...]

---

<sup>20</sup> Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.2. Grifos da autora.

O fato de Conrado ser um agente infiltrado suscitava na comunidade de informações brasileira a noção de “duplicidade” no que se referia a ele. Assim, seu perfil psicológico era marcado por uma posição ambígua e contraditória, segundo os critérios do seu avaliador. O relatório aponta um sentido de que devido ao seu caráter e “dom natural” é de que Conrado era um informante, e não que tenha sido fabricado por um regime de exceção. A existência gera a consciência, e não vice-versa. Exaltava-se a sua ‘imaginação fértil’, ao invés de se ficar receoso, pois na lógica da produção da informação, o necessário era exatamente a produção, e não tanto a veracidade.

Outro trecho importante a ser destacado diz respeito às relações entre o agente e o operador:

Após um longo período de reestruturação material e operacional, o relacionamento operador-agente entrou em uma fase de relativa estabilidade e lógica operacional, salvo as eventuais crises “históricas” do agente, ocasionadas principalmente por *falta de cobertura econômica* por ocasionais atrasos ou reivindicações salariais do agente.

[...]

O operador considera o trabalho do agente como razoavelmente bom e, em algumas oportunidades, bom. Ressalve-se que se considera como uma constante nestes comentários, por parte do operador, a *certeza da duplicidade e conseqüente pouca fidelidade*, características do trabalho desenvolvido pelo agente.

[...]

O grande problema é saber *para que lado pende o agente em seu foro íntimo*, pois essa é a *questão vital para avaliar seus informes*, atribuindo-lhes maior ou menor credibilidade. Acredito contudo, à luz da conhecida duplicidade do agente, que sua configuração como “C-3” atende à realidade da situação em que exerce suas atividades profissionais.

[...]

A questão financeira é sempre ressaltada. Pese a sua convicção ideológica, Conrado não estava disposto a infiltrar-se na comunidade de asilados brasileiros sem remuneração, o que ocasionou vários desgastes com o seu operador, devido a atrasos salariais por parte das instituições ditatoriais.

Um elemento de grande importância a destacar é a interpretação dos informes que Alberto Conrado entregava para o seu operador. A “duplicidade” e “pouca fidelidade” eram características marcantes dos seus relatórios. Os órgãos de informação suspeitavam que o informante também repassasse os informes para os asilados, considerando-o, dessa maneira, um agente duplo. Entretanto, era quem se dispunha a realizar essas tarefas para a ditadura, o que levou à sua permanência no cargo.

O informante brasileiro foi classificado como “C3”, isto é, “bastante idôneo não em todas as ocasiões” e “possivelmente verdadeiro”, visto ser um “infiltrado”, ou seja, também posto em vigilância pela mesma comunidade de informações a que ele servia. Os serviços de inteligência desconfiavam constantemente dos informantes, pois conforme o relatório das atividades de “Altair” apontava, *o grande problema é saber para que lado pende o agente em seu foro íntimo, pois essa é a questão vital para avaliar seus informes*. Alberto Conrado concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*,<sup>21</sup> no ano de 2012, afirmando que “luchava intensamente contra o comunismo”, “siempre, sempre”, porque o “comunismo é uma porquería, a direita é boa, é gente de bem”. Porém, o ex-informante ressalta que tinha amigos nos dois lados. Para tanto, segundo suas palavras, era simples, bastava somente se adaptar.

Por fim, a questão referente à produção do agente:

Quantitativamente, a produção de Altair tem sido razoável: em 1974 foram encaminhados à Central 222 Informes calcados sobre o material que o agente obteve. Em 1975, tal cifra se viu reduzida a apenas 139 Informes [...]. Além disso, o agente encaminhou relatórios com a descrição de suas viagens ao exterior, com valiosas informações.

[...]

De uma forma geral, os informes de Altair desdobram-se em três ramos distintos: informação política, material relativo à subversão e o que se poderia qualificar de informações estratégicas.

[...]

O trabalho no terreno político-ideológico é o que revela a utilidade do emprego de um agente com características de duplicidade. Como

---

<sup>21</sup> VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

o agente desenvolve contatos com elementos do meio sedicioso, sempre termina por fornecer indicações e elementos de valor.

Pode-se aferir que a produção de informes feita por Conrado era alta. No ano de 1974, 222 foram realizados, enquanto que em 1975, 139 informes foram retidos ao operador. Predominavam os conteúdos expostos acima, com destaque e considerados os mais valiosos e vitais para a comunidade de informações as atividades referentes à espionagem dos asilados brasileiros.

Não é possível precisar como esses relatórios produzidos pelo informante infiltrado repercutiram nas ações dos órgãos de informação e repressão contra os asilados brasileiros. Entretanto, é inegável que o papel de informante foi peça fundamental para a desarticulação dos movimentos de resistência à ditadura, e que todos os nomes indicados eram monitorados por meses, às vezes anos, podendo ocasionar o sequestro, a prisão arbitrária, a tortura, a morte e até desaparecimentos desses militantes.

A infiltração foi essencial, dessa forma, na fomentação da “cultura do medo”. Os exilados brasileiros algumas vezes contestaram a figura de Conrado, conforme relembra a filha do ex-coronel Nicoll que, na época, tinha 15 anos de idade: “O Conrado vivia na minha casa, muito. Era tido assim como um tipão, um galã. Mas ele apareceu assim do nada, e era muito questionado”.<sup>22</sup> Lena Nicoll também alega que existiam comentários de que ele seria um infiltrado. Porém, suas atividades prosseguiram até 1980, e não foi descoberto. O temor da infiltração por parte dos exilados brasileiros é um exemplo de como a “cultura do medo” foi se disseminado em virtude da aplicação das práticas do terrorismo de Estado – um sistema de informações baseado na lógica da suspeição, da deleção e da infiltração.

Nesse sentido, deve-se considerar a colaboração com o regime – remunerada, espontânea, ideológica – dentro dos impactos do terrorismo de Estado sobre a população. Além de se considerar a colaboração como um apoio explícito ao projeto ditatorial, esta deve ser compreendida “en un escenario social donde ‘el miedo’ era un elemento presente y, en muchos casos, determinante de las conductas sociales”.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> *Idem, Ibid.*

<sup>23</sup> RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 432.

## REFERÊNCIAS

### Arquivos consultados

*Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil*

Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 11.232. Montevidéu, 19 ago. 1964.

*Arquivo Nacional – Brasil*

CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1.

CIEx. BR AN, BSB, IE.25.2.

### Referências bibliográficas

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”*: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior. v. 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico*. Rio de Janeiro: ESG, 1976.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Os arquivos da polícia política como fonte. *Registro*, Indaiatuba/SP, n. 1, p. 7-17, jul. 2002.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

KUSHNIR, Beatriz. Pelo buraco da fechadura: o acesso à informação e às fontes (os arquivos do DOPS – RJ e SP). In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas*. História da Censura no Brasil. São Paulo: Ed. da USP, 2002. p. 567.

RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985)*. t. 2. Montevideo: Universidad de la República, 2008.

VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.